

USO DO TERRITÓRIO PELO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO: UMA AVALIAÇÃO NO SÉCULO XXI

LAND USE BY SUGARCANE AGRIBUSINESS: A 21ST CENTURY ASSESSMENT

Júlia Stoppa Fonseca dos Reis¹

Matheus Eduardo Souza Teixeira²

RESUMO

O agronegócio canavieiro brasileiro passou por significativa expansão no século XXI, com destaque para o Cerrado, impulsionado por políticas públicas e reorganização territorial. O objetivo deste trabalho foi avaliar o cenário atual do agronegócio canavieiro, destacando os fatores que levaram a expansão e estagnação. A área plantada quase dobrou entre 2000 e 2010. Contudo, desde 2015, o setor enfrenta estagnação devido à crise financeira global, queda no preço do petróleo e adversidades climáticas.

Palavras-chaves: Agronegócio Canavieiro; Uso do Território; Século XXI.

INTRODUÇÃO

A ampliação das atividades do agronegócio no Brasil, tem como esteio, a presença massiva do Estado, que através de um conjunto de políticas públicas, promove a intensificação dessas atividades em diversas partes do território nacional, fato que foi muito difundido no setor canavieiro.

Desta maneira, uma nova dinâmica se configura no agronegócio canavieiro brasileiro na década de 2000 (Castillo, 2015), circunstância que é marcada por significativa expansão da produção, para a qual é possível reconhecer alguns fatores, tais como: a expansão geral da produção de *commodities* no Brasil, as implicações do Protocolo de Kyoto, a produção de automóveis *flex fuel*, o Plano Nacional de Agroenergia e o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). São esses os principais fatores para a expansão do agronegócio canavieiro no território nacional no início do século XXI.

Entretanto, faz-se necessário compreender de que forma decorreu este processo, avaliando as condições fundamentais que nortearam esta expansão do setor sucroenergético. É a partir deste contexto que o objetivo geral deste trabalho é analisar a expansão do setor sucroenergético e as possíveis implicações deste processo.

Para analisar a dinâmica do agronegócio canavieiro no século XXI e suas implicações no território, utilizamos alguns autores para tal compreensão. Desta maneira, a revisão

¹ Discente do curso de Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG).

² Docente do curso de Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Goiás (UFG).

bibliográfica e a contribuição de autores como Castillo (2013, 2015), Delgado (2012) e Bernardes (2013) foram fundamentais para o entendimento do uso do território pelo agronegócio canavieiro no século XXI. Em seguida, realizou-se a coleta de dados secundários, por meio do Portal de Produção Agrícola Municipal (PAM), disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para subsidiar a análise de expansão da cana-de-açúcar no território nacional.

DINÂMICA RECENTE DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO

O agronegócio canavieiro passa por grandes transformações no século XXI, exigindo novos padrões de competitividade e investimentos, técnicas mais modernas voltadas à necessidade de uma produção mais ecológica, além de consumo de energias tidas como renováveis (Vencovsky, 2013).

O atual período, impõe novas reorganizações do território, as unidades produtivas do agronegócio canavieiro, que territorializavam, majoritariamente no estado de São Paulo e na zona da mata nordestina, migram, recentemente, para o Centro-Oeste. Assim, no início do século XXI, pautado pela expansão dos biocombustíveis, as indústrias de cana-de-açúcar passaram a ter um papel predominante nas regiões do Cerrado, estimuladas à necessidade de preservação do meio ambiente, adequando-se às novas demandas do mercado. Nessas circunstâncias, Bernardes (2013, p. 146) evidencia que: “na segunda metade da década de 2000 assiste-se no país à expansão da fronteira dos biocombustíveis, passando a dimensão ambiental associada à territorial a receber maior atenção dos gestores de políticas públicas”.

Nesse novo contexto o modelo de desenvolvimento adotado no país para se tornar autossuficiente em bioenergia e, eventualmente, um grande exportador de etanol e de tecnologias envolvidas em sua produção, foi baseado numa acelerada expansão do monocultivo de cana-de-açúcar, sobretudo em grandes estabelecimentos agrícolas, delineando dois vetores principais de expansão no bioma Cerrado a partir do estado de São Paulo: um em direção a Goiás - passando pelo Triângulo Mineiro - e outro em direção a Mato Grosso do Sul, passando pelo norte do Paraná (Castillo, 2015, p. 96).

No ano de 2000, a área plantada ou destinada à colheita de cana-de-açúcar no país era equivalente a cerca de 4,9 milhões de hectares. Em apenas 10 anos, essa extensão quase dobrou, alcançando cerca de 9,2 milhões de hectares em 2010. No período de 2010 a 2023, o crescimento foi mais moderado, com um aumento de 10% ao longo de 13 anos (IBGE/PAM, 2024).

As diversas transformações que marcaram a década de 2000, foram geradas por políticas públicas e pelo estímulo à exportação do agronegócio. Alguns processos podem ser reconhecidos para acentuar a expansão da produção, sendo eles: o crescimento da produção de *commodities* no Brasil, as inferências do Protocolo de Kyoto, a emergência do Plano Nacional de Agroenergia, a produção de automóveis *flex fuel* e os financiamentos do BNDES.

O Protocolo de Kyoto (1997) foi um tratado internacional a respeito das mudanças climáticas, definido a meta de reduzir 5,2% de emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, em relação a 1990. O protocolo também estimulou o desenvolvimento de energias sustentáveis para preservar o meio ambiente. Diante da discussão da necessidade mundial de obter energia menos poluente para minimizar as intensificações do efeito estufa, foi incentivado a produção do etanol como fonte de combustível renovável.

O Plano Nacional de Agroenergia, instituído no Brasil em 2006, destacou as vantagens competitivas do país para assumir uma posição de liderança global na agricultura energética e no mercado de bioenergia, além de fortalecer seu protagonismo no setor açucareiro – uma vez que a exportação de etanol brasileiro ainda permanece incipiente. O plano incentiva a proposição e aprovação de diversas usinas em todo o território nacional, visando ampliar a capacidade produtiva e consolidar a produção de etanol e açúcar (Oliveira; Ferreira; Garvey, 2018).

Outra importante aplicação para o desenvolvimento das indústrias canavieiras, foi o financiamento do BNDES. Os incentivos públicos para a promoção do setor atuaram na construção de usinas e infraestruturas logísticas, sobressaindo os seguintes programas (Vencovsky, 2013, p. 59):

- 1 - Financiamento de projetos de investimento para a expansão do etanol brasileiro - R\$ 30 bilhões;
- 2 - Empréstimo de R\$ 1,7 bilhões para o etanolduto (duto e terminais) operando pela Logum Logística;
- 3 - Cooperação entre BNDES e FINEP, no valor de R\$ 1 bilhão, para fomentar projetos que visem o desenvolvimento, a produção e a comercialização de novas tecnologias industriais destinadas ao processamento da biomassa proveniente da cana-de-açúcar.

A reestruturação do setor é marcada pela produção e venda de veículos biocombustíveis (Castillo, 2013). Os carros flex fuel, capazes de operar com gasolina ou etanol em qualquer proporção, representam atualmente a maior parte da frota nacional. A popularização desses veículos ampliou significativamente o mercado interno para o etanol. Segundo Castillo (2015, p. 96) “a partir do ano de 2003 o ritmo de incorporação de novas áreas pela cultura da cana-de-açúcar começa a aumentar e o total da área ocupada chega a dobrar entre 2000 e 2012”.

Segundo Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), a tecnologia *flex fuel* rapidamente dominou a produção de veículos após seu advento. Os dados mostram uma redução substancial na produção de veículos movidos exclusivamente a gasolina, que passou de cerca de 1,1 milhão em 2003 para aproximadamente 60,5 mil unidades em 2023, uma redução superior a 94,7%. Os veículos *flex fuel*, passam a ser predominantes frente aos veículos movidos apenas à gasolina, já a partir de 2005. Além disso, o crescimento na produção de veículos *flex fuel* também merece destaque, com um aumento de cerca de 148% em 2007. No intervalo de 20 anos (2003 a 2023), o aumento na produção de veículos *flex fuel* foi significativo, atingindo seu pico em 2013, quando mais de 3,1 milhões de unidades foram fabricadas (ANFAVEA, 2024).

Delgado (2012) sugere que, para tal feito, houve após 2000 um novo pacto de economia política do agronegócio, e assim, uma forte atuação do Estado na reativação do crédito rural para a produção agroexportadora, sendo essencial para o aumento do agronegócio de modo geral. Ainda de acordo com Delgado (2012), um “novo projeto de acumulação de capital no setor agrícola”, por ele denominado “pacto de economia política do agronegócio”, foi estimulado e organizado pela política macroeconômica e financeira do Estado brasileiro, que beneficiou um grupo de empresas agroindustriais e grandes proprietários de terra. Tal condição favoreceu a ampliação do agronegócio de forma geral e, também, da produção canavieira.

Tal expansão, no entanto, encontra certos limites desde 2015, a partir de desdobramentos da crise financeira internacional de 2007/2008, que frustrou investimentos do setor e particularmente as expectativas de comoditização do etanol. Tal quadro se agrava quando recursos públicos se tornam escassos e os preços do petróleo recuam, tornando a gasolina mais competitiva no mercado interno (Teixeira; Pereira, 2023, p. 100).

Para além da crise financeira internacional, outras razões também corroboraram para a estagnação do setor, tais como a baixa competitividade do preço do etanol (com a queda da cotação internacional do petróleo entre 2009 e 2013), adversidades climáticas, falta de expertise de alguns dos novos grupos do setor, renovação inadequada dos canaviais (Santos; Garcia; Shikida, 2015).

Tais circunstâncias promoveram um ambiente adverso para o agronegócio canavieiro, em que vários grupos vêm se recuperando paulatinamente e promovendo algumas estratégias para a manutenção do setor, dentre as quais se destacam as fusões e as aquisições, comandadas por grandes grupos que controlam parte expressiva da produção nacional (Teixeira, 2024). A situação atual de troca de agentes é muito reveladora do destino da produção do agronegócio canavieiro brasileiro como um todo, o que Teixeira e Pereira (2023, p. 114) indicam como “rodadas de trocas” entre agentes.

Em que pese esse ambiente adverso para o agronegócio canavieiro recentemente, podemos notar que a atividade ainda é bem expressiva no país, que apresenta até mesmo uma recuperação em determinadas regiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território brasileiro é, desde sua formação, um país com dimensões continentais e fortemente ligado às produções agrícolas, o que pautou seu papel na divisão internacional do trabalho como um país agroexportador. Para tal, a agricultura se consolida como uma atividade importante em todas as regiões do Brasil, sendo que cada região abriga as culturas que se associam com suas características físicas e geográficas.

A expansão do agronegócio no século XXI reflete um processo complexo, no qual políticas públicas, reorganizações territoriais e interesses econômicos se articularam de forma decisiva. A migração das unidades produtivas para o Cerrado, aliada à intensificação da especialização agrícola e ao aumento significativo da área plantada, evidencia uma nova configuração territorial e produtiva orientada pela lógica da competitividade global.

Ainda que o setor tenha mantido relevância econômica e territorial, sua continuidade passou a depender de novas estratégias, como fusões e aquisições, reestruturações internas e maior racionalização dos recursos. Assim, compreender a dinâmica do agronegócio canavieiro implica reconhecer seus avanços e contradições, bem como os desafios impostos pelas mudanças conjunturais e pelas exigências socioambientais do século XXI.

REFERÊNCIAS

ANFAVEA. Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. **Anuário da Indústria Automobilística Brasileira. 2024.** Disponível em: https://anfavea.com.br/site/wp-content/uploads/2024/05/ANFAVEA-ANUARIO-DIGITAL-2024-NOVOATUALIZADOalta_compressed.pdf.

- BERNARDES, J. A. Metamorfoses no setor sucroenergético: emergência de contradições. In: BERNARDES, J. A.; SILVA, C. A.; ARRUIZZO, R. C. (org.). **Espaço e energia**: mudanças no setor sucroenergético. 1 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013, v. 1, p. 143-155..
- CASTILLO, R. A expansão do setor sucroenergético no Brasil. BERNARDES, JA; SILVA, CA; ARRUIZZO, RC (Org.). **Espaço e energia**: mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 75-84, 2013.
- CASTILLO, R. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o bioma Cerrado. **Revista GEOgraphia**, 17, nº 35, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2015.1735.a13730>.
- DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- SANTOS, G. R. dos; GARCIA, E. A.; SHIKIDA, P. F. A. A crise na produção do etanol e as interfaces com as políticas públicas. **Radar**, n. 39, jun., 2015. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4259/1/Radar_n39_crise.pdf.
- TEIXEIRA, M. E. S. **Inserção e instabilidade do capital internacional no setor sucroenergético brasileiro**: uso corporativo e estratégias territoriais do Grupo BP Bunge Bioenergia. 2024. 224 f. Tese (Geografia) – IG/UFU, Uberlândia, 2024. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.108>.
- TEIXEIRA, M. E. S.; PEREIRA, M. F. V. A produção sucroenergética na MRG de Ituiutaba, Minas Gerais: retrato da expansão e da instabilidade do setor no início do século XXI. **Revista Campo-Território**, Uberlândia-MG, v. 18, n. 49, p. 98–119, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCT184967388>.
- VENCOVSKY, V. P. Setor sucroenergético: a emergência de um novo período. In: BERNARDES, J. A.; SILVA, C. A.; ARRUIZZO, R. C. (org.). **Espaço e energia**: Mudanças no paradigma sucroenergético. 1ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013, p. 51-62.